


## O CENÁRIO DO CUIDADO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

 <https://doi.org/10.56238/arev6n3-010>

Data de submissão: 04/10/2024

Data de publicação: 04/11/2024

**Victor Costa da Silva**

Mestre em Atenção Primária à Saúde. Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ.

Rio de Janeiro. RJ.

E-mail: 00victorcosta@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-3799-9599>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7796461601760202>

**Tuane Carla Moreira da Silva**

Especialista em Saúde da Família. Faculdade Souza Marques. FTESM.

Rio de Janeiro. RJ.

E-mail: tuanecarlamoreira@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0966-4036>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2360053000288148>

**Eduardo Alexander Júlio César Fonseca Lucas**

Doutor em Ciências. Universidade de São Paulo. USP.

São Paulo. SP.

E-mail: eduardoalexander@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6638-0788>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8137202747043367>

### RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as desigualdades no acesso à saúde da população negra na Atenção Primária à Saúde (APS) no Brasil, destacando o impacto do racismo estrutural e institucional nas práticas de cuidado. O objetivo geral é analisar como se encontra o cenário atual de cuidados e promoção de saúde na atenção primária voltados a população negra. A metodologia de pesquisa foi de uma revisão de literatura qualitativa e descritiva. A pesquisa evidencia que a APS, embora seja a porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), frequentemente falha em atender de maneira equitativa as necessidades da população negra, resultando em piores indicadores de saúde e qualidade de vida. A conclusão aponta que é urgente implementar políticas públicas inclusivas e práticas antirracistas, além de promover a formação continuada de profissionais de saúde com foco nas especificidades da saúde da população negra. A participação ativa dessa população na formulação de políticas e o incentivo a pesquisas sobre suas condições de saúde são essenciais para a promoção de uma saúde integral e equânime.

**Palavras-chave:** Atenção Primária. Cuidado. Saúde. População. Negra.

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa possui como proposta um estudo da questão dos cuidados de saúde para pessoas negras pela atenção primária no Brasil no cenário de pandemia covid-19 e pós covid -19. A atenção primária à saúde (APS) é fundamental para a promoção do bem-estar e a prevenção de doenças, sendo a porta de entrada para o sistema de saúde. No Brasil, no entanto, as desigualdades raciais ainda permeiam o acesso e a qualidade dos serviços oferecidos, afetando desproporcionalmente a população negra. As iniquidades em saúde vivenciadas por essa população se tornaram ainda mais evidentes durante a pandemia de Covid-19, que expôs e acentuou as fragilidades do sistema de saúde, revelando a vulnerabilidade social e econômica enfrentada pelos negros.

Estudos indicam que pessoas negras têm maior dificuldade de acesso aos serviços de saúde e, quando conseguem, frequentemente enfrentam um atendimento de menor qualidade. (Batista *et al.*, 2012; Cunha, 2012, Santos, 2013, Oliveira, 2016, Gomes *et al.*, 2017) Nesse sentido, é crucial que gestores, profissionais de saúde e usuários compreendam a relevância da APS como uma ferramenta de equidade. A falta de um entendimento compartilhado sobre a importância da atenção primária pode perpetuar as iniquidades existentes, resultando em desfechos de saúde desfavoráveis, como aumento da mortalidade e morbidade entre a população negra.

No Brasil, os indicadores de saúde evidenciam as significativas disparidades entre a população negra e a branca. Segundo dados do IBGE (2023), as condições de vida precárias enfrentadas pela população negra são um reflexo histórico de desigualdades sociais, que se traduzem em acesso limitado a serviços de saúde de qualidade. Esses fatores se interconectam, criando um ciclo vicioso que perpetua as iniquidades étnico-raciais.

As condições socioeconômicas das comunidades negras, frequentemente marcadas por maior vulnerabilidade, impactam diretamente na saúde. Muitos negros residem em áreas com infraestrutura precária, onde o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e saneamento básico, é comprometido. Essa realidade contribui para uma maior incidência de doenças e complicações de saúde, além de um aumento nas taxas de mortalidade.

Além disso, a restrição de acesso aos serviços de saúde, que se intensifica em contextos de discriminação e preconceito, dificulta que a população negra receba cuidados adequados e oportunos. Quando esses indivíduos conseguem acessar os serviços de saúde, muitas vezes enfrentam um atendimento de menor qualidade, o que agrava ainda mais a situação.

Esses dados ressaltam a necessidade urgente de políticas públicas que abordem as desigualdades étnico-raciais de maneira efetiva, promovendo uma atenção à saúde que considere as especificidades da população negra. É fundamental que estratégias sejam desenvolvidas para garantir

o acesso equitativo aos serviços de saúde, buscando não apenas mitigar as desigualdades existentes, mas também transformar a estrutura social que as sustenta.

Diante deste contexto, a presente pesquisa busca investigar as percepções e práticas dos gestores e profissionais de saúde em relação à APS, assim como a experiência dos usuários negros durante a pandemia e no pós-Covid-19.

O objetivo geral é analisar como se encontra o cenário atual de cuidados e promoção de saúde na atenção primária voltados a população negra.

As hipóteses que norteiam este estudo incluem: (1) a falta de formação específica sobre saúde da população negra entre os profissionais de saúde contribui para a perpetuação das iniquidades; (2) as políticas de saúde implementadas na APS não têm efetivamente considerado as particularidades e necessidades da população negra; e (3) a participação da comunidade negra na formulação e avaliação das políticas de saúde é insuficiente, limitando a efetividade das ações voltadas para a equidade.

Justifica-se a realização desta pesquisa pela necessidade urgente de promover um diálogo inclusivo entre gestores, profissionais e usuários, visando transformar a APS em um espaço que não apenas atenda, mas que também respeite e valorize a diversidade racial. Ao abordar as questões de saúde da população negra sob a perspectiva da atenção primária, esperamos contribuir para a construção de um sistema de saúde mais justo e equitativo, capaz de atender as necessidades de todos os segmentos da população brasileira.

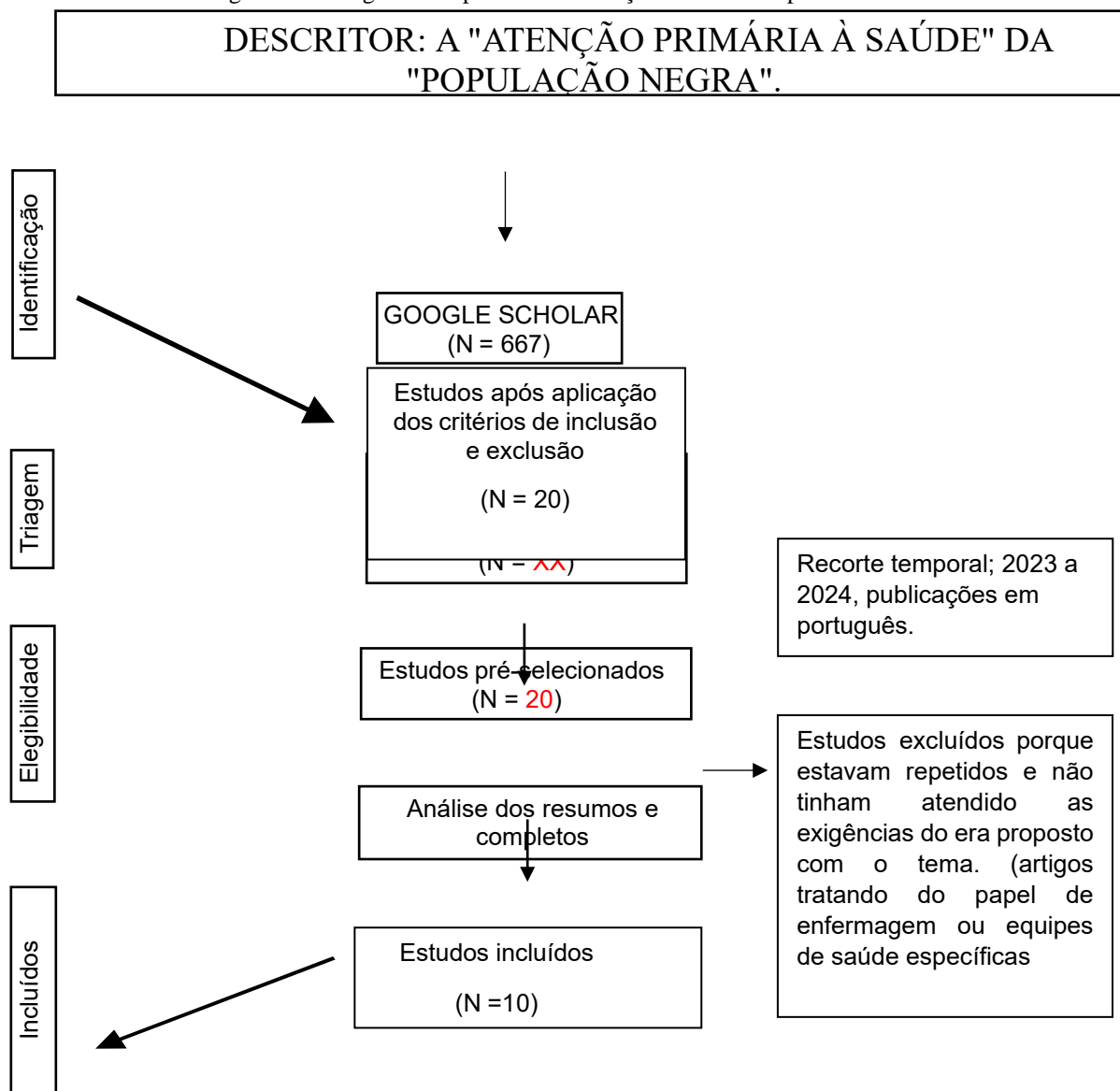
## **2 METODOLOGIA**

Se optou por uma metodologia de pesquisa de revisão qualitativa e descritiva. A pesquisa por publicações do tema com o objetivo desta pesquisa foi realizada na plataforma Google Scholar utilizando-se de descritores específicos. Os descritores utilizados foram: A "ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE" DA "POPULAÇÃO NEGRA". A busca por artigos e teses foi realizada com descritores na língua portuguesa. Adicionalmente aos descritores, se buscou apenas na leitura selecionar os artigos que tratavam do cenário atual da atenção primária a saúde da população negra, excluindo os que não tratavam dessa temática nos seus objetivos. Os parâmetros de exclusão foram estar fora do período estabelecido, entre 2023 e 2024, bem como publicações em outras línguas que não português, além daqueles trabalhos não alinhados à questão orientadora da pesquisa e/ou desacordo com os critérios de inclusão.

A busca resultou em 667 artigos. Com base em análise inicial dos títulos, foram selecionados 20 artigos para leitura de resumo e parte textual, especialmente objetivos e metodologia. Após a leitura,

10 artigos foram excluídos, resultando em 10 artigos selecionados que atendiam aos objetivos propostos

Figura 1. Fluxograma do processo de seleção dos estudos para a revisão.



Fonte: Elaboração dos autores, 2024.

### 3 RESULTADOS

No quadro 1 são apresentados os trabalhos selecionados em todas as pesquisas após o emprego dos parâmetros de inclusão e exclusão. Os resultados da leitura dos estudos incluídos foram sumarizadas e descritos em quadro comparativo, levando em conta autor(es), o ano da publicação, objetivo e conclusão.

Quadro 1: Trabalhos selecionados

AUTOR(ES)	ANO	OBJETIVO	CONCLUSÃO
BITTENCOURT <i>et al.</i>	2023	Refletir sobre a abrangência da compreensão da Atenção Primária à Saúde (APS) para população negra entre gestores, profissionais de saúde e usuários do SUS no estado da Bahia.	É imprescindível uma reavaliação das políticas públicas e das práticas de saúde, de modo a garantir que a equidade e a inclusão sejam realmente implementadas no sistema. É necessário que ações de saúde sejam planejadas e executadas com uma perspectiva que considere as especificidades da população negra
TOCHETTO, Eduarda Bernadete <i>et al.</i>	2023.	Objetivo de avaliar a qualidade dos serviços ofertados pela Atenção Primária à Saúde (APS) à população negra.	conclui que a melhoria na assistência à saúde da população negra requer uma abordagem integral, que considere os determinantes sociais de saúde e promova a continuidade do cuidado ao longo do ciclo vital. Além disso, a discussão sobre racismo deve ser incorporada nas práticas da APS, com o objetivo de desconstruir estruturas opressoras e promover a equidade.
SILVA, L. B. <i>et al.</i>	2024	Estudar o racismo estrutural na formação e na ocupação de trabalhadoras e trabalhadores negros atuando na atenção primária à saúde (APS) no município do Rio de Janeiro, a partir da experiência de médicas negras	expõe de forma contundente como o racismo permeia a experiência de trabalho em saúde de mulheres negras, tanto médicas quanto trabalhadoras em equipes de saúde da família na atenção primária à saúde no Rio de Janeiro, especialmente em áreas de favela. As participantes destacaram que o racismo institucional e estrutural se manifesta de diversas maneiras, desde a ausência de conteúdos antirracistas em sua formação profissional até a organização dos fluxos assistenciais e as precárias condições de trabalho.
SILVA, F. A. J. DA. <i>et al.</i>	2023	Analisar como foi realizada a atenção à saúde do imigrante negro durante a pandemia da covid-19 na Atenção Primária à Saúde.	A pesquisa conclui que, embora as estratégias implementadas tenham sido, em alguns aspectos, eficientes, ainda há uma necessidade urgente de desenvolvimento de competências e práticas antirracistas no sistema de saúde. A pesquisa oferece um arcabouço teórico valioso para entender como as condições sociais e históricas moldam as desigualdades em saúde, sugerindo que uma atenção mais humanizada e equitativa à população imigrante negra requer uma abordagem deliberada e sensível às suas realidades.
MACIEL, Kamila Soares.	2023	Objetivo de compreender como os profissionais reconhecem o racismo institucional na prática da Atenção Primária à Saúde.	Na conclusão se reitera a importância de compreender a dinâmica entre racismo, determinantes sociais e saúde. Os resultados sugerem que ainda há um longo caminho a percorrer para que as ações de saúde sejam realmente integradas e eficazes para a população negra
SILVA, Letícia Batista <i>et al.</i>	2023	Objetivo de analisar experiências de formação e trabalho em saúde de	Os estudos da pesquisa indicam que, mesmo em um sistema de saúde que se

		médicas negras que atuam no SUS, especialmente na APS, no município do Rio de Janeiro à luz do debate do racismo estrutural e institucional.	propõe a ser universal e integral, as questões raciais permanecem como um obstáculo significativo à efetividade da atenção à saúde. A pesquisa conclui que é urgente a necessidade de reconfigurar as práticas formativas e a organização do trabalho em saúde, para que considerem as dimensões raciais e suas implicações nas políticas de saúde.
OLIVEIRA, Quésia Alcântara; VASCONCELLOS, Erika Antunes; DOS SANTOS, Vanessa Thamyrís Carvalho.	2023	Objetiva relatar as experiências desenvolvidas em um grupo de cuidados como ferramenta de suporte psicológico às mulheres negras na Atenção Primária.	O estudo destaca a relevância de desenvolver ações de saúde que considerem a raça como um fator determinante na experiência de saúde e doença. A proposta de ampliar a pesquisa nessa área é fundamental para a construção de um sistema de saúde mais equitativo e inclusivo, alinhado aos princípios do SUS.
JATOBÁ, Larissa Rodrigues	2023	O objetivo foi analisar expressões antirracistas nos encontros de cuidado em saúde com crianças negras na APS a partir dos sentidos de mundo de uma mulher e médica negra.	A pesquisa em sua conclusão enfatiza que, para alcançar um cuidado em saúde verdadeiramente integral e equânime, é imprescindível reconhecer e combater o racismo em suas diversas formas, promovendo um ambiente onde as crianças negras possam ser protagonistas de suas próprias histórias. A reflexão proposta pelo estudo não só é necessária, mas urgente, diante das iniquidades persistentes na saúde da população negra.
OLIVEIRA, Larayne Gallo Farias <i>et al.</i>	2023	Compreender sobre as desigualdades no acesso à saúde no Brasil, que afetam desproporcionalmente a população negra.	Em sua conclusão ressalta que a superação das desigualdades no acesso à saúde é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. As reflexões apresentadas exigem um compromisso coletivo para transformar as estruturas que sustentam essas desigualdades e promover a equidade no acesso aos serviços de saúde.
MARQUES, Alexandra Angélica <i>et al.</i>	2023	Busca compreender a percepção dos profissionais das equipes de saúde da família de Florianópolis, sobre o acesso à saúde integral da mulher negra, nas práticas de atenção primária à saúde.	Em conclusão, o estudo oferece uma análise crítica e necessária sobre o racismo institucional e suas repercussões na saúde da mulher negra. Ele não apenas aponta as falhas existentes, mas também sugere caminhos para a transformação, enfatizando a urgência de práticas inclusivas e equitativas na APS. A pesquisa se destaca como um chamado à ação para profissionais de saúde, formuladores de políticas e a sociedade em geral, na luta por uma saúde mais justa e acessível.

Fonte: Elaboração dos autores, 2024.

#### 4 DISCUSSÃO

O estudo de Bittencourt *et al.* (2023) revela a alarmante realidade da população negra na Bahia, destacando que este grupo foi o mais impactado pelas consequências da Covid-19. As conclusões vão além da morbimortalidade, indicando que a pandemia acentuou as vulnerabilidades sociais históricas já existentes, exacerbando a negligência em relação a essa população. Este cenário não é apenas um reflexo de um evento isolado, mas sim de um processo contínuo de marginalização que afeta a saúde e o bem-estar dessa comunidade. Se compreende que a pesquisa busca identificar lacunas de conhecimento, para avaliar até que ponto esses diferentes atores entendem a importância e o potencial da APS na promoção da saúde, especialmente no contexto das iniquidades raciais. Essa compreensão é essencial para a formulação de políticas e práticas que atendam de maneira eficaz às necessidades da população negra. E também busca analisar implicações das iniquidades em saúde, para compreender como a falta de conhecimento e a subutilização da APS impactam as desigualdades em saúde vivenciadas pela população negra, especialmente durante a pandemia de Covid-19. Isso inclui a avaliação de como essas iniquidades se manifestam e como a APS pode ser uma ferramenta para mitigá-las.

A pesquisa de Bittencourt *et al.* (2023) sublinha a importância de considerar os determinantes sociais da saúde, que influenciam não apenas a capacidade de resistência a doenças, mas também as condições gerais de vida. A atenção primária à saúde (APS) é apresentada como a instância fundamental para a promoção da saúde, mas sua eficácia é comprometida pela falta de compreensão de sua importância por parte dos gestores e profissionais de saúde. Essa incompreensão resulta em uma assistência deficiente, que não atende adequadamente às necessidades específicas da população negra. Adicionalmente, o estudo aponta que muitos usuários do sistema de saúde não estão suficientemente informados sobre o potencial da APS, o que limita sua participação ativa no controle social e na busca por direitos. Essa falta de engajamento acentua a vulnerabilidade, criando um ciclo de iniquidades em saúde que é difícil de quebrar.

Diante desse panorama, a pesquisa de Bittencourt *et al.* (2023) conclui que é imprescindível uma reavaliação das políticas públicas e das práticas de saúde, de modo a garantir que a equidade e a inclusão sejam realmente implementadas no sistema. É necessário que ações de saúde sejam planejadas e executadas com uma perspectiva que considere as especificidades da população negra, promovendo um acesso efetivo e resolutivo aos serviços de saúde. Essas reflexões são cruciais para nortear futuros planejamentos e ações, garantindo que a saúde seja efetivamente entendida como um direito de todos, especialmente em uma sociedade que enfrenta profundas desigualdades raciais. A construção de um sistema de saúde mais justo e equitativo depende da conscientização coletiva sobre a importância da



APS e da necessidade de um compromisso real com a promoção da saúde para todos os segmentos da população.

O estudo de Tochetto *et al.*, (2023) é de grande importância, pois busca compreender como a população negra avalia os serviços de saúde oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente na Atenção Primária à Saúde (APS). Essa análise é fundamental para (re)construir políticas que possam potencializar a assistência à saúde desse grupo, que historicamente enfrenta diversas formas de vulnerabilidade e desigualdade social.

As conclusões do estudo de Tochetto *et al.*, (2023) revelam que, em Chapecó, os serviços de APS não alcançaram os padrões necessários para serem considerados verdadeiramente orientados para a APS. A avaliação feita pelos usuários negros aponta para a inadequação dos serviços em atender às suas necessidades de forma eficaz. Esses resultados são corroborados por outras pesquisas realizadas em diferentes cidades, evidenciando um padrão preocupante que não se limita a uma localidade específica.

A pesquisa de Tochetto *et al.*, (2023) também destaca a predominância do sexo feminino entre os usuários, sugerindo que as mulheres negras têm maior propensão a buscar serviços de saúde, o que se relaciona a questões de gênero e à responsabilidade que muitas vezes recai sobre elas na gestão da saúde familiar. Além disso, foi identificado que a população negra enfrenta barreiras relacionadas à escolaridade e à renda, refletindo a interseccionalidade entre raça, classe e gênero. Outro ponto crucial evidenciado no estudo é a necessidade de romper as barreiras de acesso aos serviços de saúde. Para isso, é essencial promover um acolhimento efetivo e uma escuta de qualidade, utilizando uma linguagem que respeite e integre a cultura da população negra. Esse reconhecimento da diversidade cultural e histórica é vital para que essa comunidade se sinta pertencente ao SUS.

O estudo de Tochetto *et al.*, (2023) conclui que a melhoria na assistência à saúde da população negra requer uma abordagem integral, que considere os determinantes sociais de saúde e promova a continuidade do cuidado ao longo do ciclo vital. Além disso, a discussão sobre racismo deve ser incorporada nas práticas da APS, com o objetivo de desconstruir estruturas opressoras e promover a equidade.

Em síntese, a pesquisa de Tochetto *et al.*, (2023) aponta para a urgência de (re)formulação de políticas públicas voltadas para as populações vulneráveis, ressaltando que a melhoria na qualidade dos serviços de saúde deve ser acompanhada de um compromisso com a consciência social e a promoção de ações que visem a equidade racial na saúde. Essa abordagem integrada é crucial para enfrentar as iniquidades em saúde e garantir que todos tenham acesso a serviços dignos e de qualidade.



A pesquisa de Silva *et al.* (2024) demonstra-nos de forma contundente como o racismo permeia a experiência de trabalho em saúde de mulheres negras, tanto médicas quanto trabalhadoras em equipes de saúde da família na atenção primária à saúde no Rio de Janeiro, especialmente em áreas de favela. As participantes destacaram que o racismo institucional e estrutural se manifesta de diversas maneiras, desde a ausência de conteúdos antirracistas em sua formação profissional até a organização dos fluxos assistenciais e as precárias condições de trabalho. Essa realidade não apenas compromete a qualidade da assistência prestada, mas também afeta diretamente o bem-estar das profissionais, refletindo um ciclo de opressão que se perpetua no sistema de saúde.

Um ponto crucial levantado pelo estudo de Silva *et al.* (2024) é a limitação das ações individuais na luta contra o racismo. Embora o esforço individual seja importante, a complexidade das questões raciais requer um comprometimento coletivo e intersetorial. Para realmente enfrentar as consequências do racismo no cuidado à saúde, é necessário implementar ações em todos os níveis de gestão e em diferentes esferas do sistema de saúde. A falta de uma abordagem sistêmica limita a eficácia das iniciativas e perpetua a marginalização das vozes negras dentro do SUS. Embora a pesquisa não tenha aprofundado a interseccionalidade entre gênero e raça nas experiências de trabalho, ela revela a urgência de uma análise mais abrangente sobre as relações interpessoais e as dinâmicas de poder entre profissionais e usuários. A ausência dessa discussão pode obscurecer as nuances do racismo nas interações diárias, dificultando a formulação de estratégias eficazes para enfrentá-lo.

O estudo de Silva *et al.* (2024) conclui que o racismo se configura como um obstáculo central à reorganização do trabalho em saúde, especialmente na atenção primária em contextos racializados. Este reconhecimento é fundamental, pois aponta para a necessidade de dismantlar as estruturas que sustentam essa violência racial, promovendo não apenas a saúde, mas também a dignidade e o respeito à população negra. Assim, a pesquisa de Silva *et al.* (2024) não apenas contribui para o entendimento das vivências de mulheres negras na saúde, mas também desafia gestores e profissionais a refletirem sobre suas práticas e a buscarem soluções que integrem o combate ao racismo na reestruturação do SUS. A transformação desse cenário requer um esforço conjunto, que inclua a formação contínua, a sensibilização sobre racismo e a implementação de políticas que garantam a equidade no acesso e na qualidade do atendimento à saúde.

O artigo de Silva *et al.* (2023) em análise investiga a atuação da rede de atenção à saúde municipal voltada para os imigrantes negros durante a pandemia de Covid-19, revelando importantes falhas na organização e execução dos serviços. Embora a Atenção Primária à Saúde (APS) tenha desempenhado um papel crucial na notificação e acompanhamento de casos, a pesquisa destaca que a

resposta foi, em grande medida, genérica e não adaptada às necessidades específicas dessa população vulnerável.

Um dos principais achados do estudo de Silva *et al.* (2023) é que, apesar da estrutura da APS ter sido reorganizada para lidar com a crise sanitária, as questões de raça e etnia foram negligenciadas nas estratégias de vigilância e acompanhamento. Essa omissão não apenas comprometeu a eficácia da resposta à pandemia, mas também potencializou as vulnerabilidades históricas enfrentadas pelos imigrantes negros. A falta de uma abordagem sensível às especificidades raciais e culturais contribuiu para a marginalização dessas populações dentro do sistema de saúde. Ademais, embora tenham surgido iniciativas de suporte que envolveram lideranças comunitárias e instituições locais, a pesquisa evidencia que a integralidade do cuidado não foi alcançada. As propostas de educação em saúde não incorporaram as questões raciais, resultando em uma assistência que não atende adequadamente as necessidades da população imigrante negra.

Um aspecto crítico levantado pelo artigo de Silva *et al.* (2023) é o reconhecimento do racismo estrutural como um fator determinante nas condições de saúde dessas comunidades. O estudo enfatiza que, para promover uma atenção à saúde mais eficaz, é fundamental que os profissionais de saúde sejam capacitados em políticas que reconheçam e abordem as especificidades raciais. Isso é vital não apenas para o atendimento durante a pandemia, mas para uma reestruturação mais ampla e inclusiva dos serviços de saúde.

As consequências da pandemia, conforme destacado, vão além das estatísticas epidemiológicas, refletindo as desigualdades sociais que se tornaram ainda mais evidentes em tempos de crise. Fatores como renda, acesso à educação e condições de vida são cruciais para entender as disparidades em saúde e devem ser considerados na formulação de políticas públicas. O estudo de Silva *et al.* (2023) conclui que, embora as estratégias implementadas tenham sido, em alguns aspectos, eficientes, ainda há uma necessidade urgente de desenvolvimento de competências e práticas antirracistas no sistema de saúde. A pesquisa oferece um arcabouço teórico valioso para entender como as condições sociais e históricas moldam as desigualdades em saúde, sugerindo que uma atenção mais humanizada e equitativa à população imigrante negra requer uma abordagem deliberada e sensível às suas realidades. Assim, é imperativo que as políticas de saúde se articulem com as lutas contra o racismo estrutural e promovam uma integralidade que respeite e valorize a diversidade cultural e identitária dessas populações.

Já a pesquisa de Maciel (2023) destaca a urgência de implementar estratégias e ações de prevenção, promoção e tratamento voltadas especificamente para a população negra no contexto da saúde. A pesquisa evidencia que é essencial oferecer um olhar mais atento e integral às demandas de

saúde desse grupo, considerando suas especificidades e os desafios que enfrentam. A atuação dos profissionais de saúde é fundamental nesse processo, pois eles têm um contato direto com os usuários negros nos serviços de saúde e são peças-chave na promoção da equidade. A educação permanente dos profissionais de saúde surge como uma necessidade premente. Essa formação contínua deve ter como objetivo não apenas a atualização técnica, mas também a sensibilização para as questões raciais e suas implicações na saúde. É crucial que os profissionais reconheçam as barreiras que a população negra enfrenta e atuem para mitigá-las, promovendo um atendimento mais inclusivo e equitativo nas instituições do Sistema Único de Saúde (SUS). Entretanto, o estudo de Maciel (2023) também apresenta limitações, como o número reduzido de participantes, que impede uma análise mais ampla das percepções dos profissionais em relação ao racismo institucional. Essa limitação revela uma resistência entre alguns profissionais em reconhecer sua posição em relação a esse tema, o que pode ser um obstáculo significativo para a implementação de ações efetivas. As considerações finais da pesquisa de Maciel (2023) reiteram a importância de compreender a dinâmica entre racismo, determinantes sociais e saúde. Os resultados sugerem que ainda há um longo caminho a percorrer para que as ações de saúde sejam realmente integradas e eficazes para a população negra. A necessidade de novas pesquisas é evidente, pois elas podem contribuir para uma reflexão mais profunda sobre a assistência integral a essa população, ajudando a dismantelar barreiras históricas e promovendo uma saúde mais justa e equitativa. Em suma, o estudo reforça que a promoção da saúde da população negra requer um comprometimento coletivo, que inclui a formação contínua dos profissionais de saúde, a criação de políticas públicas sensíveis às questões raciais e a construção de um sistema de saúde que realmente atenda às necessidades de todos os seus usuários. Essa abordagem não só é necessária, mas também ética, em um país marcado por desigualdades raciais e sociais.

O artigo de Letícia Batista Silva et al (2023) aborda de maneira incisiva as experiências de formação e trabalho de médicas negras no Sistema Único de Saúde (SUS) no Rio de Janeiro, evidenciando as manifestações do racismo estrutural e institucional que permeiam sua atuação, especialmente na Atenção Primária à Saúde (APS). As descobertas apontam para uma realidade alarmante: a formação médica atual, em sua perspectiva tecnicista e biologicista, falha em abordar as iniquidades raciais em saúde e, muitas vezes, perpetua a invisibilidade da diversidade racial entre os usuários do SUS. Os relatos das médicas negras revelam que suas experiências profissionais estão profundamente marcadas pelo racismo, tanto nas interações cotidianas quanto nas estruturas organizacionais do sistema de saúde. Essa opressão racial é descrita como uma dialética de trabalho, onde as vozes e as realidades das profissionais se tornam visíveis em um contexto institucional que, paradoxalmente, as marginaliza. A centralidade na doença, em detrimento do reconhecimento do

sujeito e de suas interações sociais, reforça um modelo de cuidado que ignora as especificidades raciais e culturais dos pacientes. O estudo de Letícia Batista Silva et al (2023) também destaca como essa (in)visibilidade histórica contribui para a manutenção de iniquidades. A falta de uma abordagem crítica nas formações médicas não apenas desconsidera a realidade dos usuários, mas também limita as médicas negras em suas práticas, dificultando a promoção de um atendimento mais equitativo e humanizado. As conclusões do artigo de Letícia Batista Silva et al (2023) são preocupantes, pois indicam que, mesmo em um sistema de saúde que se propõe a ser universal e integral, as questões raciais permanecem como um obstáculo significativo à efetividade da atenção à saúde. A pesquisa conclui que é urgente a necessidade de reconfigurar as práticas formativas e a organização do trabalho em saúde, para que considerem as dimensões raciais e suas implicações nas políticas de saúde. Ademais, o artigo sugere que a compreensão das experiências de médicas negras deve ser central no debate sobre racismo no SUS, pois essas vozes não apenas trazem à tona as dificuldades enfrentadas, mas também oferecem perspectivas valiosas para a construção de um sistema de saúde mais justo e inclusivo. Assim, essa pesquisa se apresenta como um importante arcabouço para fomentar reflexões sobre a formação médica e o combate ao racismo no SUS, apontando para a necessidade de ações concretas que visem à desconstrução das práticas discriminatórias e à promoção de um cuidado que respeite e valorize a diversidade racial. É essencial que o debate sobre saúde e raça seja integrado nas políticas públicas, garantindo que as iniquidades sejam abordadas de maneira eficaz e que a integralidade do cuidado se torne uma realidade para todos os usuários do sistema de saúde.

O artigo de Oliveira *et al.* (2023) aborda a importância de grupos de cuidado psicológico como suporte para mulheres negras na Atenção Primária à Saúde (APS), destacando a necessidade de um olhar político-racial no sistema de saúde. A pesquisa qualitativa, realizada em uma Unidade de Saúde da Família no sul da Bahia, revela que as mulheres negras enfrentam não apenas o racismo estrutural, mas também o sexismo, fatores que agravam seu sofrimento psíquico. A abordagem grupal utilizada nesse estudo demonstrou ser eficaz na promoção de vínculos, na partilha de experiências e na construção de estratégias de superação entre as participantes. Uma das principais contribuições do artigo é evidenciar como esses grupos podem servir como espaços de acolhimento e escuta, permitindo que as mulheres se percebam como protagonistas de suas histórias. Contudo, a pesquisa também ressalta a urgência de integrar discussões sobre raça e gênero nas práticas de saúde, para combater as violências que essas mulheres enfrentam.

Entretanto, o estudo de Oliveira *et al.* (2023) enfrenta limitações relacionadas à generalização dos resultados, uma vez que se baseia em um grupo específico em um contexto particular. Além disso, a análise poderia se beneficiar de uma investigação mais aprofundada sobre as condições de cuidado

e os instrumentos de assistência disponíveis, bem como sobre a formação profissional dos atendentes em relação a essas questões. Em síntese, o artigo de Oliveira *et al.* (2023) destaca a relevância de desenvolver ações de saúde que considerem a raça como um fator determinante na experiência de saúde e doença. A proposta de ampliar a pesquisa nessa área é fundamental para a construção de um sistema de saúde mais equitativo e inclusivo, alinhado aos princípios do SUS. Essa abordagem não apenas enriquece o campo da psicologia, mas também contribui para políticas públicas mais sensíveis às realidades enfrentadas por mulheres negras.

A pesquisa de Jatobá (2023) investiga as expressões antirracistas no cuidado em saúde voltado para crianças negras na Atenção Primária à Saúde (APS), destacando a necessidade de enfrentar o racismo institucional como uma prioridade para garantir um cuidado integral e equânime. A pesquisa revela que muitos profissionais de saúde não reconhecem o racismo estrutural e suas implicações no desenvolvimento das crianças negras, o que dificulta a formulação de políticas e ações adequadas. Um dos pontos centrais da conclusão é a necessidade de reformular políticas e programas específicos que considerem as especificidades das crianças negras, reconhecendo-as como atores sociais e cidadãos. Essa abordagem é crucial para promover um cuidado que não apenas respeite, mas também amplifique suas vozes e experiências.

Além disso, o estudo de Jatobá (2023) sugere uma integração entre a saúde e outras áreas do conhecimento, como educação, sociologia e psicologia, para enriquecer a compreensão dos efeitos do racismo e aprimorar as práticas de cuidado. A proposta de colaboração com iniciativas comunitárias, como o Projeto Ninar, é uma estratégia valiosa que pode contribuir para um cuidado mais eficaz e antirracista. Em suma, a pesquisa de Jatobá (2023) enfatiza que, para alcançar um cuidado em saúde verdadeiramente integral e equânime, é imprescindível reconhecer e combater o racismo em suas diversas formas, promovendo um ambiente onde as crianças negras possam ser protagonistas de suas próprias histórias. A reflexão proposta pelo estudo não só é necessária, mas urgente, diante das iniquidades persistentes na saúde da população negra.

O artigo de Larayne Gallo Farias Oliveira, *et al.* (2023) aborda um tema crucial: as desigualdades no acesso à saúde no Brasil, que afetam desproporcionalmente a população negra. A análise expõe como essas desigualdades constituem um sério problema social, com múltiplas barreiras que dificultam o acesso a cuidados adequados na Atenção Primária à Saúde (APS). O texto argumenta que essas disparidades têm um impacto direto na qualidade de vida, aumentando o risco de doenças e a vulnerabilidade social e econômica. Um dos pontos centrais da discussão é a forma como a falta de acesso a serviços de saúde de qualidade resulta em maior taxa de mortalidade e menor expectativa de vida entre a população negra. A ênfase no papel do racismo institucional como um dos fatores que

perpetuam essas desigualdades é particularmente relevante, pois traz à luz as estruturas sociais que contribuem para o sofrimento físico e emocional dessa população.

O artigo de Larayne Gallo Farias Oliveira, *et al.* (2023) também critica a insuficiência das políticas públicas existentes, como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), sugerindo que, embora sejam importantes, elas ainda não são suficientes para enfrentar os desafios estruturais. Há uma chamada urgente para a ampliação do debate sobre políticas inclusivas que atendam às especificidades e necessidades da população negra, enfatizando a importância de garantir um acesso universal e integral à saúde.

Entretanto, o texto poderia se beneficiar de uma análise mais profunda sobre as estratégias que já estão sendo implementadas e sua eficácia, bem como da inclusão de vozes da própria população negra nas discussões sobre suas necessidades em saúde. A proposta de formar profissionais de saúde negros é uma abordagem valiosa, pois pode promover uma assistência mais sensível e culturalmente adequada, mas é necessário garantir que essas formações sejam acompanhadas de recursos e estruturas adequadas nas comunidades. Em conclusão, o artigo de Larayne Gallo Farias Oliveira, *et al.* (2023) ressalta que a superação das desigualdades no acesso à saúde é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. As reflexões apresentadas exigem um compromisso coletivo para transformar as estruturas que sustentam essas desigualdades e promover a equidade no acesso aos serviços de saúde. A urgência desse debate é evidente, e as ações devem ser concretas e contínuas para que mudanças significativas possam ser alcançadas.

A pesquisa de Marques (2023) traz à tona questões fundamentais sobre a saúde integral das mulheres negras no Brasil, destacando a atenção primária à saúde (APS) como um ponto crítico de acesso. A pesquisa qualitativa, conduzida em Florianópolis, utiliza círculos de cultura como metodologia para explorar a percepção dos profissionais de saúde sobre as barreiras que o racismo institucional impõe ao acesso da população negra à saúde. Uma das principais contribuições do estudo é a identificação das iniquidades em saúde geradas pelo racismo institucional, que se manifestam de maneira significativa na vida das mulheres negras. Essa abordagem não só ilumina a necessidade de estratégias que promovam equidade na saúde, mas também enfatiza a importância de políticas públicas que sejam sensíveis às particularidades dessa população. O estudo menciona a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) como um passo importante, mas ressalta que a sua implementação enfrenta desafios significativos, muitas vezes agravados pela falta de conhecimento dos profissionais de saúde sobre as especificidades da saúde da mulher negra. Outro aspecto relevante é a proposta de inclusão das mulheres negras em espaços de formação e gestão, o que pode contribuir para mudanças estruturais e sociais. Essa inserção é vista como vital para a construção de práticas



antirracistas dentro do sistema de saúde, promovendo um cuidado que respeite e atenda às necessidades dessa população. No entanto, o artigo também apresenta limitações, como a escassez de pesquisas sobre a saúde da mulher negra, o que pode dificultar a elaboração de políticas públicas embasadas e eficazes. A chamada para um maior fomento acadêmico nesta área é uma reflexão pertinente, considerando a necessidade de um conhecimento robusto para embasar intervenções significativas. Em conclusão, o estudo oferece uma análise crítica e necessária sobre o racismo institucional e suas repercussões na saúde da mulher negra. Ele não apenas aponta as falhas existentes, mas também sugere caminhos para a transformação, enfatizando a urgência de práticas inclusivas e equitativas na APS. A pesquisa se destaca como um chamado à ação para profissionais de saúde, formuladores de políticas e a sociedade em geral, na luta por uma saúde mais justa e acessível.

## 5 CONCLUSÃO

A análise dos artigos sobre a atenção primária à saúde (APS) revela um quadro alarmante das desigualdades que a população negra enfrenta no Brasil, evidenciando como o racismo estrutural e institucional permeia as práticas de saúde e o acesso a cuidados adequados. A APS, considerada a porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS), deveria ser um espaço de acolhimento e promoção de equidade, mas, na prática, se torna um reflexo das desigualdades sociais, econômicas e raciais que marcam a sociedade brasileira. Os estudos indicam que as barreiras enfrentadas pela população negra são múltiplas e complexas, abrangendo desde a formação inadequada dos profissionais de saúde, que frequentemente carecem de uma compreensão crítica sobre as especificidades da saúde da população negra, até a falta de políticas públicas efetivas que respondam a essas necessidades. A ausência de um olhar antirracista nas práticas de saúde não apenas limita o acesso a cuidados essenciais, mas também amplifica as vulnerabilidades sociais e econômicas, resultando em piores indicadores de saúde e qualidade de vida. Além disso, a falta de protagonismo das crianças e mulheres negras nas estratégias de cuidado em saúde é uma preocupação crescente. Os artigos ressaltam a importância de reconhecer essas populações como atores sociais que devem ter voz nas políticas e práticas de saúde que os afetam diretamente. A ênfase na construção de vínculos, acolhimento e escuta qualificada é crucial para garantir que suas necessidades sejam atendidas de maneira adequada.

Diante desse cenário, algumas recomendações se fazem urgentes. A promoção de uma educação continuada: Promover a formação contínua de profissionais de saúde com foco em racismo institucional, saúde da população negra e práticas antirracistas. Isso pode incluir capacitações, oficinas e integração com áreas como educação e psicologia, que já discutem amplamente essas questões. Políticas Públicas Inclusivas: Desenvolver e implementar políticas públicas que abordem as



desigualdades em saúde de forma específica para a população negra, garantindo que as iniciativas sejam sensíveis às demandas e realidades desse grupo. Participação da Comunidade: Criar espaços de participação e controle social que garantam a voz da população negra nas decisões sobre políticas de saúde. Isso inclui a inserção de representantes de comunidades negras nos espaços de gestão e planejamento de serviços de saúde. Pesquisa e Dados: Fomentar a pesquisa sobre a saúde da população negra, com o objetivo de gerar dados que embasem políticas públicas e intervenções. A escassez de estudos nesta área é uma barreira significativa para o desenvolvimento de ações eficazes. Atenção Integral e Humanizada: Priorizar a atenção integral e humanizada, considerando os aspectos sociais, culturais e históricos que afetam a saúde da população negra. Isso envolve adaptar os serviços de saúde para atender às especificidades culturais e sociais desse grupo.

Em suma, a crítica à saúde da população negra na APS no Brasil é uma questão urgente que requer um compromisso coletivo para a transformação. As desigualdades existentes não são meramente estatísticas, mas refletem vidas afetadas, comunidades vulneráveis e um sistema de saúde que ainda precisa se reconciliar com seu papel social. A construção de um SUS verdadeiramente equitativo passa necessariamente pela inclusão e valorização da diversidade racial, reconhecendo que a saúde é um direito humano fundamental.

## REFERÊNCIAS

- BATISTA, Luiz Eduardo; WERNECK, Jurema; LOPES, Fernanda (org.). Saúde da População Negra. 2 ed. Brasília: Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012.
- BITTENCOURT, L. DE J.; SANTANA, K. DE S. O.; SANTOS, D. S. M.. Saúde da população negra na atenção primária: incompreensão que legitima iniquidade em tempos de Covid-19. Saúde em Debate, v. 47, n. 137, p. 31-41, abr. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/NszVqdfZyFcskYdCr9F5qqQ/?lang=pt#>
- CUNHA, Estela Maria Garcia de Pinto da. Recorte étnico-racial: caminhos trilhados e novos desafios. In: BATISTA, Luiz Eduardo *et al.* Saúde da População Negra. Brasília: ABPN, 2012. p. 37-48
- GOMES, Iracema Costa Ribeiro *et al.* Implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra na Bahia. Rev. Baiana Enferm., v. 31, n. 2, p. 1-12, 2017. 31920: e21500.
- JATOBÁ, Larissa Rodrigues *et al.* Saúde da criança negra e cuidado antirracista na Atenção Primária à Saúde. Tese de Doutorado. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 2023.
- MACIEL, Kamila Soares. Racismo como determinante social do processo saúde doença: um olhar para a atenção primária à saúde. UFSC. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/248359>
- MARQUES, Alexandra Angélica *et al.* Cicatrizes de Tereza de Benguela: mulher negra no acesso ao cuidado integral na Atenção Primária à Saúde. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/254822>
- OLIVEIRA, Regina Marques de Souza (org.). Cenários da Saúde da População negra no Brasil – diálogos e pesquisas. Cruz das Almas: Fino Traço/EDUFRB, 2016.
- OLIVEIRA, Quésia Alcântara; VASCONCELLOS, Erika Antunes; DOS SANTOS, Vanessa Thamyris Carvalho. Nós por nós mesmas: cuidados destinados às mulheres negras na Atenção Primária à Saúde. Experiência. Revista Científica de Extensão, v. 9, n. 2, p. 176-190, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/experiencia/article/view/73729/62935>
- OLIVEIRA, Larayne Gallo Farias *et al.* Desigualdades no acesso à saúde: um olhar sobre a população negra na atenção primária à saúde. Acesso à saúde no Brasil: percursos da universalização. Tradução. Curitiba: Bagai, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.37008/978-65-5368-205-4.18.03.23>. Acesso em: 24 out. 2024.
- SANTOS, Josenaide Engracia dos; SANTOS, Giovanna Cristina Siqueira. Narrativas dos profissionais da atenção primária sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Saúde Debate, Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 563-570, dez. 2013.
- SILVA, L. B. *et al.* “Mesmo que a gente seja a mão que cuida”: médicas negras e racismo estrutural no contexto da atenção primária à saúde. Ciência & Saúde Coletiva, v. 29, n. 3, p. e07622023, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/pnYXRwMFj8N7nGyq5X6zcKP/#>

SILVA, F. A. J. DA. *et al.* Atenção Primária à Saúde do imigrante negro durante a pandemia da covid-19. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 57, n. spe, p. e20220441, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/Lmpzf9kSrsLbSPLXchHPRrk/?lang=pt#>

SILVA, Leticia Batista *et al.* “a carne mais barata do mercado é a carne negra”: médicas negras discutindo o racismo no contexto da atenção primária à saúde. Anais do 9º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde - Vol. 2, 2023.

TOCHETTO, Eduarda Bernadete *et al.* Avaliação da Atenção Primária à Saúde pela população negra: facetas do racismo institucional. Revista de APS, v. 26, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/e262340317>

TRAD, L. A. B.; BRASIL, S. A. O movimento negro na construção da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e sua relação com o Estado brasileiro. In: BATISTA, L. E. *et al.* Saúde da População Negra. Brasília: ABPN, 2012. p. 70-97.